

## Edital de 1º e 2º Leilão Presencial e On-Line e Intimação dos Executados

### PUBLICAÇÃO GRATUITA

O Dr. **CLAUDIONOR ANTONIO CONTRI JUNIOR**, JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRUZEIRO, ESTADO DE SÃO PAULO

**FAZ SABER** aos que o presente virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, expedido nos autos das ações de Execução e Extinção de Condomínio, que foram designados o dia e horas adiante mencionados, para realização de **LEILÕES** a cargo do Leiloeiro Oficial **EDSON CARLOS FRAGA COSTA YARID** inscrito na Jucesp sob o nº 458, e-mail [edsoneyarid@bigleilão.com.br](mailto:edsoneyarid@bigleilão.com.br), devidamente habilitado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no átrio do Fórum desta Comarca, situado na Rua Francisco Marzano, 100, Vila Celestina, leilões estes de bens penhorados, observando-se que no 1º leilão, não se aceitará lance inferior à avaliação e, que no 2º leilão os bens serão arrematados por quem der e o maior lance oferecer, ficando vedado preço vil, assim considerado a critério do Excelentíssimo Juiz, conforme auto de penhora e depósito que ao final seguem, nas datas e sob as seguintes condições:

#### 1º Leilão:

**Abertura on-line:** 24/02/2015 às 13:00 hs.

**Abertura presencial:** 24/02/2015 às 13:00 hs.

**Fechamento de ambos:** 24/02/2015 às 14:00 hs.

**Lanço Mínimo:** não se aceitará lance inferior à avaliação.

#### 2ª Leilão:

**Abertura on-line:** 24/02/2015 às 18:00 hs.

**Abertura presencial:** 24/03/2015 às 13:00 hs.

**Fechamento de ambos:** 24/03/2015 às 14:00 hs.

**Lanço Mínimo:** a quem der e o maior lance oferecer, ficando vedado preço vil (inferior a 80% do valor da avaliação), assim considerado pelo Excelentíssimo Juiz de Direito.

PROCESSO: 0010510-22.2005.8.26.0156 - ORDEM: 00560/2005 - MUNICÍPIO DE CRUZEIRO X JOSÉ EDUARDO. Bens: 1 - 01 (Uma) geladeira, branca, marca Consul, em perfeito estado de conservação e uso; valor estimado R\$ 450,00; 2 - 01 mesa com 04 cadeiras, padrão mogno, tampo de vidro, valor estimado R\$ 600,00. Total das Penhoras R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais), em 09/05/2013. Depósito: Rua Antonio Alexandre, 190 – Vila Dr. João Batista - Cruzeiro/SP.

PROCESSO: 0500075-92.2006.8.26.0156 - ORDEM: 00103/2006 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO X JOSE CARLOS SOUZA ALMEIDA. Bens: 1 - 01 (uma) TV LCD 40 polegadas, marca Samsung, modelo UN40D5500RGX2D, série nº 21113XCB804200P, com controle remoto e em perfeito estado de conservação e funcionamento, reavaliada em R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais), em 03/06/2014. Depósito: Rua Lauro Garces Novaes, nº 12 ou 84 - Parque Primavera - Cruzeiro/SP.

PROCESSO: 0500470-50.2007.8.26.0156 - ORDEM: 00226/2007 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO X NORIVAL BARBOSA. Bens: 1 - Uma TV Philips, vinte polegadas, em bom estado, reavaliada em R\$ 150,00; 2 - Um aparelho de som Sharp (CD, Fita e Rádio), com duas caixas de som, em bom estado, reavaliado em R\$ 150,00; 3 - Um Rack, padrão mogno, em bom estado, reavaliado em R\$ 150,00. Total das Penhoras R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), em 01/07/2014. Depósito: Rua Professor João Pires de Lima, 217 – Jardim Paraíso - Cruzeiro/SP.

PROCESSO: 0002603-83.2011.8.26.0156 - ORDEM: 00877/2011 - WANDERLEA PINTO RIBEIRO X ADEMIR PINTO RIBEIRO E OUTROS. Bens: Imóvel residencial com área de

284m2 em terreno de 300m2 sito à Rua Quintino Bocaiúva, 279, Vila Canevari, Cruzeiro/SP., com cadastro Municipal nº 3.060.0060.001, a construção aparenta a idade de 30 anos e está em bom estado de conservação. A residência possui laje em todos os cômodos e cobertura em telha cerâmica; Banheiro e cozinha azulejado; Pavimento Térreo: garagem coberta, sala de estar, 2 (dois) dormitórios, 1 (um) banheiro social, copa/cozinha com dispensa, área de serviço e área externa livre; Pavimento superior: 2 (dois) dormitórios, banheiro social e varanda; Matrícula nº 23.534 do Oficial de Registro de Imóveis de Cruzeiro. Valor do Imóvel: R\$ 344.500,00 (trezentos e quarenta e quatro mil e quinhentos reais), conforme Laudo Judicial de Avaliação, em 22/07/2013.

\* Este processo não aceitará em 1º ou 2º Leilão, lance inferior à avaliação de R\$ 344.500,00.

CARTA PRECATÓRIA Nº 0000349-35.2014.8.26.0156 - ORDEM: 097/2014 (ORIUNDA DA 14ª VARA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA – PATOS – Processo original nº 0002243-41.2012.4.05.8205-Classe 99) - UNIÃO (FAZENDA NACIONAL) X COROA S/A INDÚSTRIA DE BEBIDAS E OUTROS E OUTRO. Bens: **1 - Um torno LeBlond, 1m de barramento, caixa Norton, motor 5HP, trifásico, cor verde, fixado no local, em uso, avaliado em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), em 28/02/2014. Depósito: Travessa Família Fortes, 32 - Cruzeiro.**

1º Em caso de arrematação a comissão do leiloeiro é de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação (art. 24 do Decreto nº 21.981 de 19/10/32), a ser paga pelo arrematante diretamente ao leiloeiro, no ato. Ocorrendo adjudicação, 2% (dois por cento), a ser paga pelo adjudicatário, salvo se anteceder ao leilão pela União (Fazenda Nacional), ou sem licitantes no primeiro leilão pelo valor de avaliação, ou ainda, com preferência em igualdade de condições com os demais licitantes, na forma do art. 24 da Lei nº 6.830, de 22/09/1980. Em caso de pagamento, remição ou acordo no período de dez dias úteis que antecedem ao leilão, o executado deverá pagar 2% (dois por cento) sobre o valor da reavaliação, a título de ressarcimento das despesas do leiloeiro, limitado ao máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e ao mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais)

2º A faculdade de adjudicação dos bens penhorados pelo exequente ou por quem por lei for dada a prerrogativa, deverá ser exercida até 5 (cinco) dias antes da 1ª data designada, por valor igual ou superior à última avaliação; se findo o leilão sem licitantes, até 5 (cinco) dias antes da 2ª data, nos mesmos termos, considerando-se, em ambos os casos o previsto no §2º do art. 685-A, do CPC.

3º É admitido a lançar todo aquele que estiver na livre administração de seus bens, excetuando-se aqueles previstos os itens I a III, artigo 690-A, do CPC.

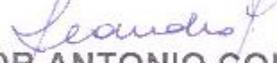
4º Os bens poderão ser leiloados englobadamente ou em lotes, nos termos do §1º, do art. 23, da Lei nº 6.830/80.

5º Lavrado o auto de arrematação firmado pelo Juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação considerar-se-á perfeita, acabada e irretroatável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado, com as ressalvas previstas nos parágrafos 1º e 2º do art. 694, do CPC.

6º Nos autos a que se referem, não consta qualquer recurso pendente de decisão, bem como menção à existência de ônus sobre o (s) bem (ns) penhorado (s) diverso do eventualmente consignado no respectivo Auto de Penhora, cabendo ao interessado a verificação de eventual pendência junto aos órgãos competentes encarregados de seu registro quando for o caso. Da designação supra, o (s) executado(s)/depositário(s) e eventuais credores preferenciais ficarão intimados caso não sejam localizados para intimações pessoais. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância ou erro, foi expedido o presente edital que será afixado no local de costume do Fórum desta Comarca e publicado na forma da lei.

7º Fica intimado(a) o(a) executado(a) na pessoa de seu(ua) representante legal, na presente Execução.

Nos referidos autos não consta qualquer recurso pendente de decisão, bem como menção à existência de ônus sobre o (s) bem (ns) penhorado (s), exceto aqueles que já constaram especificadamente nos respectivos editais, quando da designação supra, intimado (s) caso não seja (m) localizado (s) para intimação (es) pessoal (ais) e, sobrevindo a arrematação, o pagamento por parte do arrematante deverá ser feito em dinheiro à vista, ou no prazo de três (3) dias, mediante caução idônea. Para apregoar os bens foi designado leiloeiro(a), Sr. EDSON CARLOS FRAGA COSTA YARID – Jucesp 458 que será cientificado(a). Ressaltado também que, em caso de arrematação, a comissão do (a) leiloeiro (a), equivalente a 5% (cinco por cento), deverá ser arcada pelo arrematante (art. 23, parágrafo 2º da LEF nº 6.830/80), **sendo que o pagamento será realizado no ato do pregão em moeda nacional corrente, podendo ser representado tal pagamento por cheque, ficando certo que a comissão do (a) leiloeiro (a) não comporá o valor da arrematação, não cabendo devolução desta verba, no caso de desistência do arrematante, bem como na possível interposição de embargos à arrematação pelo executado ou terceiros interessados.** E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, foi expedido o presente edital em relação que será afixado e publicado na forma da Lei. Cruzeiro, 22 de janeiro de 2015.

  
**CLAUDIONOR ANTONIO CONTRI JUNIOR**  
Juiz de Direito

EDSON CARLOS FRAGA COSTA YARID  
Leiloeiro